

Alerta Legislação nº 50, de 12 a 17 dez. 2022

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.143, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023.

(...)

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2023, o salário mínimo será de R\$ 1.302,00 (mil trezentos e dois reais).

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 43,40 (quarenta e três reais e quarenta centavos) e o valor horário, a R\$ 5,92 (cinco reais e noventa e dois centavos).

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

(...)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Estabelece as diretrizes e os procedimentos para elaboração, análise, aprovação e monitoramento de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) Comunitário para a exploração de recursos madeireiros em Terras Indígenas e dá outras providências.

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 17.611, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o Poder Executivo a conceder o benefício de gratuidade no transporte coletivo de passageiros às pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, na forma que especifica

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 62.057, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Restabelece o benefício da gratuidade aos passageiros do Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros aos que possuem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos no Município de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
15/12/2022	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.145, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, quanto à Tabela de Taxas de Serviços Metrológicos.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.144, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre crédito extraordinário em favor do Ministério do Trabalho e Previdência, no valor de R\$ 7.564.496.198,00, para o fim que especifica.</p>
14/12/2022	<p><u>DECRETO Nº 11.287, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Institui a Rede Brasileira de Pesquisa Clínica.</p>
13/12/2022	<p><u>DECRETO Nº 11.283, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Declara luto oficial pelo falecimento do Monsenhor Jonas Abib.</p>
12/12/2022	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.143, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023. (...) Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2023, o salário mínimo será de R\$ 1.302,00 (mil trezentos e dois reais). Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 43,40 (quarenta e três reais e quarenta centavos) e o valor horário, a R\$ 5,92 (cinco reais e noventa e dois centavos). Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. (...)</p>
Atos do Congresso Nacional (CN)	<p><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2022-CN</u> Altera as disposições da Resolução nº 01/2006-CN, para ampliar a transparência da sistemática de apresentação das emendas de relator-geral, estabelecendo critérios de proporcionalidade e impessoalidade na aprovação e execução dessas emendas.</p>
Atos do Poder Legislativo	<p><u>LEI Nº 14.477, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Declara Patrona do Urbanismo no Brasil a engenheira e urbanista Carmen Velasco Portinho.</p> <p><u>LEI Nº 14.476, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de</p>

	<p>Turismo e passa a denominá-lo Novo Fungetur; altera as Leis nºs 11.771, de 17 de setembro de 2008, 14.002, de 22 de maio de 2020, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga o Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971. Mensagem de veto</p> <p><u>LEI Nº 14.475, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022</u></p> <p>Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão para ampliação da eficiência na aplicação de recursos e insumos de produção, de forma a diminuir o desperdício, reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade e a lucratividade, bem como garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica.</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA <u>MENSAGEM Nº 656, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 488, de 2021, que "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público - Lei Padre Júlio Lancelotti". (...)</p> <p>VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA → Conselho Nacional da Amazônia Legal <u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Aprova o Plano Estratégico do Conselho Nacional da Amazônia Legal 2020-2030 e dá outras providências.</p>
<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)</p>	<p>DIRETORIA COLEGIADA (DC) <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 274, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Resolução BCB nº 131, de 20 de agosto de 2021, que consolida as normas sobre o rito do processo administrativo sancionador, a aplicação de penalidades, o termo de compromisso, as medidas acautelatórias, a multa cominatória e o acordo administrativo em processo de supervisão, previstos na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017(*), e os parâmetros para a aplicação das penalidades administrativas previstas na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998(**), para adequar a aplicação de penalidades às infrações previstas na Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021(***). (*) Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (...) (**) Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. (***) Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil (...)</p>

<p>Ministério do Desenvolvimento Regional</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO <u>RESOLUÇÃO ANA Nº 139, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece os preços unitários para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2023.</p>
<p>Ministério da Economia</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA ME Nº 10.683, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Prorroga o prazo de empenho de dotações orçamentárias constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE → Secretaria de Acompanhamento Econômico <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAE/ME Nº 84, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece o programa Frente Investigativa de Avaliação Regulatória Concorrencial e dá outras providências.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>PORTARIA RFB Nº 265, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Prorroga o prazo para apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) relativa ao período de apuração 11/2022.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO (SETO) <u>PORTARIA SETO/ME Nº 10.680, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e da Educação; de Encargos Financeiros da União; de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios; e do Banco Central do Brasil, crédito suplementar no valor de R\$ 371.611.252,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA SETO /ME Nº 10.606, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Previdência, da Defesa, e da Cidadania, e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 2.987.578.995,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA SETO/ME Nº 10.566, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 272.833.295,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA SETO/ME Nº 10.503, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações, de Minas e Energia, e da Infraestrutura, crédito suplementar no valor de R\$ 226.784.693,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>

<p>Ministério do Meio Ambiente</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MMA Nº 300, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Reconhece a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.</p> <p><u>PORTARIA GM/MMA Nº 299, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Institui o Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade - CONSERVA+, que estabelece as estratégias políticas de reconhecimento, avaliação e gestão das espécies nativas em relação ao uso sustentável e aos riscos e ameaças de extinção, com vistas a assegurar a proteção, a conservação e o manejo da diversidade biológica brasileira.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022</u> Estabelece as diretrizes e os procedimentos para elaboração, análise, aprovação e monitoramento de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) Comunitário para a exploração de recursos madeireiros em Terras Indígenas e dá outras providências.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2022</u> (...) Art. 1º Suspender a vigência formal da Instrução Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2021(*), em cumprimento a tutela de urgência concedida pela 2ª Vara Cível Federal de São Paulo em 27 de setembro de 2022. (...) <i>* Prorroga a validade das Licenças para Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVN emitidas para modelos que não atendam aos novos limites de emissão de poluentes para veículos automotores da fase Proconvel -7, cuja montagem foi iniciada até 31 de dezembro de 2021, mas que, por motivo de força maior, não pôde ser finalizada em razão da não disponibilidade de componentes específicos.</i></p> <p>→ Diretoria de Qualidade Ambiental <u>PORTARIA Nº 149, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Institui Orientação Técnica Normativa sobre obrigação de inscrição de companhias aéreas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS RN Nº 555, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre o rito processual de atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, altera a Resolução Normativa nº 259, de 17 de junho de 2011 e a Resolução Normativa nº 465, de 24 de fevereiro de 2021 e revoga a Resolução Normativa nº 470, de 9 de julho de 2021 e a Resolução Normativa nº 474, de 25 de novembro de 2021.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 768, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece as regras para a rotulagem de medicamentos.</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 767, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 770, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece frases de alerta para substâncias, classes terapêuticas e listas de controle em bulas e embalagem de medicamentos.</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 769, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 47, de 8 de setembro de 2009, que estabelece regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde.</p> <p>SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 24, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Degeneração Macular Relacionada à Idade.</p>
<p>Ministério do Trabalho e Previdência</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MTP/INFRA Nº 24, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Portaria Interministerial MTP/INFRA nº 6, de 1º de agosto de 2022, que regula o Benefício devido aos Transportadores Autônomos de Cargas, instituído pela Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022, para enfrentamento do estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais deles decorrentes. (Processo nº 19965.104044/2022-51).</p> <p>CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR <u>RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 968, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Resolução Codefat nº 838, de 24 de setembro de 2019, que estabelece procedimentos operacionais relativos ao Abono Salarial, e estabelece o Calendário de Pagamento do Abono Salarial - exercício de 2023.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 138, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022</u> (*) Estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraído nos benefícios pagos pelo INSS. (*) Republicada por ter saído no DOU nº 214, de 11/11/2022, Seção 1, páginas 98 a 102, com incorreção no original.</p>
<p>Ministério do Turismo</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTUR Nº 55, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Institui a Rede Brasileira de Cidades Criativas - RBCC, no âmbito do Ministério do Turismo.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>

PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
17/12/2022	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.381, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> (Projeto de lei complementar nº 42, de 2022, dos Deputados ...) Autoriza o Governo do Estado a prorrogar a vigência dos contratos dos docentes firmados nos termos da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, que se vencerem ao longo do ano de 2022 por mais um ano</p> <p><u>DECRETO Nº 67.358, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas.</p> <p><u>DECRETO Nº 67.357, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a possibilidade de contribuintes que exercem a atividade de comércio varejista parcelarem o ICMS devido pelas saídas de mercadorias promovidas em dezembro de 2022.</p>
16/12/2022	<p><u>LEI Nº 17.611, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Autoriza o Poder Executivo a conceder o benefício de gratuidade no transporte coletivo de passageiros às pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, na forma que especifica</p> <p><u>LEI Nº 17.610, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera a Lei nº 10.321, de 08 de junho de 1999, que cria o "Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego", renomeado como "Programa Bolsa-Trabalho" pela Lei nº 17.372, de 26 de maio de 2021, e a Lei nº 17.462, de 25 de novembro de 2021, que institui o Programa Bolsa Auxílio Permanência – PBAP, voltado aos estudantes de graduação da Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA em situação de vulnerabilidade socioeconômica</p> <p><u>DECRETO Nº 67.356, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 65.812, de 23 de junho de 2021, que regulamenta o Programa Bolsa do Povo, criado pela Lei nº 17.372, de 26 de maio de 2021.</p> <p><u>DECRETO Nº 67.300, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022 (*)</u> Altera a denominação do equipamento cultural que especifica e dá providências correlatas. (...) Artigo 1º - O Museu Afro Brasil - Estado de São Paulo, criado pelo Decreto nº 54.343, de 18 de maio de 2009, passa a denominar-se Museu Afro Brasil "Emanoel Araujo" - Estado de São Paulo (...) (*) Publicado novamente por ter saído com incorreções</p>
15/12/2022	<p><u>DECRETO Nº 67.346, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Ratifica convênios celebrados nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975(*). (*) Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências</p> <p><u>DECRETO Nº 67.345, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022</u></p>

	Autoriza o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS a celebrar Acordos de Cooperação com as Associações de Pais e Mestres - APM das Escolas Técnicas Estaduais - ETEC, visando a fomentar os objetivos educacionais nas Unidades de Ensino que especifica.
13/12/2022	<u>DECRETO Nº 67.337, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre os créditos revertidos relativos ao Programa Bolsa do Povo e altera o <u>Decreto nº 65.812, de 23 de junho de 2021</u> , que regulamenta a <u>Lei nº 17.372, de 26 de maio de 2021</u> .
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS - 69, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece normas complementares às regulamentações de funcionamento dos Restaurantes Populares.
Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC 98, DE 15-12-2022</u> Dispõe sobre fixação de metas do IDEB, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela <u>Lei Complementar 1.078, de 17-12-2008</u> , para o exercício de 2021 <u>RESOLUÇÃO SEDUC, DE 13-12-2022</u> Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 6 de julho de 1971, a Deliberação CEE nº 212/2022, que "Aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Quota Estadual do Salário-Educação - QESE - Ano de 2023". A integra da Deliberação CEE 212/2022 poderá ser consultada no <i>site</i> oficial do CEE/SP em http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/cons_ava.php#gsc.tab=0 . <u>RESOLUÇÃO SEDUC 94, DE 13-12-2022</u> Aprova Plano de trabalho, para vigência a partir de 2023, como parte integrante do Termo de Colaboração que tem por objeto o atendimento pedagógico (escolarização) a educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-79, DE 16-12-2022</u> Divulga os valores de mercado de veículos usados, em unidade de moeda corrente, para efeito de lançamento do IPVA do exercício de 2023 e dá outras providências.

	<p>SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL <u>PORTARIA SRE Nº 99, DE 12-12-2022</u> Altera a Portaria SRE 27, de 08 de abril de 2022, que dispõe sobre o atendimento não presencial, por meios remotos de prestação de serviços, no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento.</p> <p>SUBSECRETARIA DO TESOUREO ESTADUAL ↳ Coordenadoria da Administração Financeira <u>PORTARIA CAF-G Nº 00015, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> A Coordenadoria da Administração Financeira, no uso de suas atribuições legais, expede:</p> <p>Art. 1º- O pagamento dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referente ao décimo terceiro salário, estará disponível na rede bancária, no dia 20 de dezembro de 2022.</p> <p>Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado - DFE transferirá os recursos financeiros aos Órgãos do Poder Executivo, incluídas a Administração Direta, Administração Indireta e Empresas, no dia útil imediatamente anterior ao disposto no artigo 1º, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Portaria CAF-G 00027, de 02-10-2017.</p> <p>Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.</p>
<p>Governo (SG)</p>	<p>AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.361, DE 14-12-2022</u> Aprova o resultado do Índice Geral de Qualidade - IGQ para a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP referente ao ano de 2021 e o ajuste compensatório referente ao ano de 2020.</p> <p>AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP) ↳ Conselho Diretor <u>DELIBERAÇÕES DA 128ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DE 13/12/2022</u> PROCESSO ARTESP-PRC-2022/03777 Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, delibera nos seguintes termos: AUTORIZA: (i) o reajuste do valor da Base Tarifária Quilométrica para as concessionárias Tebe, Intervias, Triângulo do Sol, Renovias e Colinas com percentual de 10,723387% baseados na evolução do IGPM, entre junho/2021 e maio/2022 e; (ii) o reajuste do valor da Base Tarifária Quilométrica para as concessionárias Autoban, Rota das Bandeiras, ViaOeste, Cart, ViaRondon, SPVias, Rodovias do Tietê, Ecovias, Ecopistas, Rodoanel Oeste e Rodoanel trechos Sul e Leste com percentual de 11,731213% baseados na evolução do IPCA, entre junho/2021 e maio/2022, conforme valores de tarifa explícitos nas tabelas do ANEXO 01 para vigorar a partir das 00:00:00 hora de 16/12/2022. (...)</p>

<p>Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA Nº 110 DE 15 DE DEZEMBRO 2022</u> Regulamenta o mecanismo de cumprimento da Compensação Ambiental por Supressão de Vegetação Nativa, intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) ou corte de árvores isoladas por meio de alienação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária, sob a gestão de órgãos da Administração Direta ou de entidades da Administração Indireta do Estado e São Paulo.</p>
<p>Orçamento e Gestão (SOG)</p>	<p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV Nº 372 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Disciplina o recadastramento (prova de vida) dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2023.</p> <p>UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (APE) <u>PORTARIA UAPESP/SAESP-10, DE 14-12-2022</u> Estabelece critérios e procedimentos complementares para a eliminação, transferência ou recolhimento de documentos digitais, produzidos e armazenados por órgãos e entidades integrantes do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – Saesp, para os repositórios arquivísticos digitais confiáveis da Unidade do Arquivo Público do Estado – Uapesp</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 169, DE 15-12-2022</u> Dispõe sobre prorrogação da vigência dos Convênios ou Termos Aditivos firmados entre esta Pasta e as Prefeituras Municipais, Entidades Filantrópicas sem fins lucrativos, Instituições Universitárias, Fundações e Consórcios Intermunicipais, e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 166, DE 12-12-2022</u> Dispõe sobre a execução de emendas parlamentares previstas na Lei Orçamentária Anual da União que acrescentam recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o incremento de Média e Alta Complexidade – MAC, e dá providências correlatas.</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO 8358, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a concessão do Auxílio-Saúde, de caráter indenizatório, aos servidores da Universidade de São Paulo e seus dependentes.</p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG Nº 228, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Altera o Ato Normativo DPG nº 180, de 22 de julho 2020. (...) Artigo 1º. O Ato Normativo DPG nº 180, de 22 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:</p>

	<p>.....</p> <p>Artigo 2º. Enquanto perdurar a necessidade de adoção de medidas de contenção ao contágio pela COVID-19, recomendadas pelas autoridades sanitárias competentes, a Defensoria Pública observará as regras previstas neste ato, de forma a garantir a assistência jurídica integral e gratuita à população necessitada. (...)</p> <p><u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre o expediente nas Unidades da Defensoria Pública do Estado no exercício de 2023 e dá outras providências.</p>
<p>Ministério Público do Estado (MPE)</p>	<p>PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA <u>RESOLUÇÃO Nº 1.563/2022-PGJ/CGMP, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022</u> (SEI 29.0001.0152240.2021-88) Atualiza a Política de Gestão de Documentos de Arquivo e institui a Política de Preservação de Documentos Arquivísticos, independente do suporte, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>17/12/2022</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 675, DE 2022</u> Mensagem A-nº 34/2022 do Senhor Governador do Estado Altera a <u>Lei nº 11.498, de 15 de outubro de 2003</u>, que autoriza o Poder Executivo a instituir Programas de Formação Continuada destinados aos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e do Subquadro de Empregos Públicos Permanentes Docentes do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS. DOE, Legislativo, 17/12/2022, p. 2</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 674, DE 2022</u> Altera a <u>Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008</u>, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, para possibilitar ao contribuinte o parcelamento do imposto em até 12 (doze) meses. DOE, Legislativo, 17/12/2022, p. 1</p> <p>PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2022</u> Cria a Comissão Permanente dos Direitos das Pessoas com Deficiência e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 17/12/2022, p. 2</p> <p><u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15, DE 2022</u> Cria a Comissão Permanente da Defesa e Proteção dos Animais e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 17/12/2022, p. 2</p>

<p>16/12/2022</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 671, DE 2022</u> Dispõe sobre a Implantação de Cozinhas Coletivas Comunitárias em Ribeirão Preto e Cidades que compõem a Região Metropolitana. DOE, Legislativo, 16/12/2022, p. 1</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 81/2022</u> Disponibilizado em 16/12/2022 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA COMUNICADO GP Nº 81/2022 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando o levantamento realizado por esta Corte sobre as condições sanitárias e os aspectos de água potável nas escolas públicas municipais e estaduais, ALERTA aos respectivos gestores dos órgãos abaixo identificados, quanto à necessidade de promover a devida adequação ao Novo Marco Legal do Saneamento, tendo ...</p>
<p>15/12/2022</p>	<p>DECRETOS LEGISLATIVOS <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2533, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Considera regulares e aprova as contas anuais apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício econômico-financeiro de 2021. DOE, Legislativo, 15/12/2022, p. 1</p> <p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 59, DE 2022</u> Autoriza o Governo do Estado a admitir professores temporários de forma que estes sejam admitidos por processo seletivo simplificado, não tenham suas portarias de admissão cessadas, salvo pela mais absoluta desnecessidade de seus serviços, e tenham suas condições de trabalho equiparadas aos dos professores titulares de cargo efetivo, de modo que o Estado de São Paulo cumpra a estratégia 18:20 do Plano Estadual de Educação, Lei 16.279, de 08 de julho de 2016. DOE, Legislativo, 15/12/2022, p. 2</p>
<p>14/12/2022</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 58, DE 2022</u> Autoriza o Governo do Estado, seguindo a Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual, a prorrogar a vigência dos contratos do pessoal de Quadro de Apoio (QAE e QSE) que se vencerão até 31 de dezembro de 2022. DOE, Legislativo, 14/12/2022, p. 11</p>
<p>13/12/2022</p>	<p>EMENDAS CONSTITUCIONAIS <u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 52, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022</u></p>

	<p>Altera os §§ 6º e 8º do artigo 175 da Constituição do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 13/12/2022, p. 1</p> <p>MENSAGENS DO GOVERNADOR <u>MENSAGEM A-Nº 32/2022 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 12 de dezembro de 2022 Senhor Presidente, Pela Mensagem A-nº 022, de 30 de setembro de 2022, tive a honra de encaminhar a essa ilustre Assembleia o Projeto de lei nº 578, de 2022, que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2023. Tendo em vista a natureza da matéria, venho solicitar que a apreciação da propositura se faça em caráter de urgência, nos termos do artigo 26 da Constituição do Estado. Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração. Rodrigo Garcia - GOVERNADOR DO ESTADO A Sua Excelência o Senhor Deputado Carlão Pignatari Presidente da Assembleia Legislativa do Estado DOE, Legislativo, 13/12/2022, p. 8</p> <p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 57, DE 2022</u> Estabelece nova redação à Lei Complementar nº 1.224, de 13 de dezembro de 2013(*). (*) Dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar, e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 13/12/2022, p. 9</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>17/12/2022</p>	<p><u>LEI Nº 17.859, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> (PROJETO DE LEI Nº 612/22, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Dispõe sobre a regularização fundiária urbana de edificações, loteamentos e conjuntos/empreendimentos habitacionais implantados para fins de provisão de habitação de interesse social produzidos diretamente pelo Município, pelo Estado de São Paulo ou pela União, bem como por intermédio de concessões, parcerias público-privadas e convênios congêneres e sobre procedimento administrativo de avaliação e indenização de construções em assentamentos urbanos de interesse social</p>
<p>15/12/2022</p>	<p><u>DECRETO Nº 62.057, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Restabelece o benefício da gratuidade aos passageiros do Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros aos que possuem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos no Município de São Paulo.</p>
<p>13/12/2022</p>	<p><u>DECRETO Nº 62.040, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Introduz alterações no artigo 15-D do Decreto nº 56.981, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre o uso intensivo do viário urbano municipal para exploração de atividade econômica privada de</p>

transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, o serviço de carona solidária e o compartilhamento de veículos sem condutor

SUPLEMENTO

EDITAIS

FAZENDA

DEPARTAMENTO DE CADASTROS - DECAD

EDITAL 047/22 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
(...)

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva

maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido

sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>